

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO EM SALA DE AULA

Renata Torquato, Alessandra S. Bianchi²

*(bianchi@ufpr.br)

Endereço para correspondência
Dra. Alessandra S. Bianchi
Departamento de Psicologia
Praça Santos Andrade, 50
Sala 214
80.020-300
Curitiba- Paraná
Brasil

Agradecimentos: À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) que concedeu bolsa de mestrado à aluna Renata Torquato.
À Thaís Pimentel que contribuiu na coleta e organização dos dados.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar a formação dos professores para trabalhar com o tema trânsito. Foram 52 respondentes. Apesar da maioria considerar o tema trânsito importante para trabalhar em sala de aula, não houve formação específica para tal tarefa. Foi discutido o papel do professor para a promoção de um trânsito mais seguro.

Palavras Chave: Formação de professores; Segurança no Trânsito; Cidadania

² Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

TEACHERS QUALIFICATION AND THEIR CONTRIBUTIONS TO TRAFFIC EDUCATION IN THE CLASS ROOM

ABSTRACT

This research investigated whether future teachers, have been prepared to teach about traffic. Although most of the 52 participants consider traffic an important issue to teach in the classroom, they had no specific training to this task. It was discussed the role of the teacher to promote a safer traffic.

Keywords: Teachers qualification; Traffic safety; Citizenship

Introdução

A construção de diferentes tipos de sociedade ocorre, principalmente, no processo de educação, por meio da produção e instrução de crenças e idéias, de trocas de símbolos, bens e poderes de um grupo social (Brandão, 1985). A escola é um local privilegiado de mediação entre a criança e a sociedade onde ocorre o aprendizado e transmissão de novos conhecimentos, habilidades, modelos de comportamento, valores morais (Bock, Furtado & Teixeira, 1999; Rozestraten, 2004), o aprendizado sobre a diversidade humana (Osório, 2003) e também a convivência com essa diversidade (Saenger, 2002).

De acordo com o Artigo 32, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), o principal objetivo do ensino fundamental é a formação básica do cidadão, por meio da formação de atitudes e valores, bem como o aprendizado da tolerância recíproca necessárias para a vida em sociedade.

Entretanto, conforme Bock et al. (1999) alertam, existe uma tendência de substituição da orientação familiar pela orientação provida pela escola. Muitas vezes as famílias delegam para a escola ensinamentos que deveriam ser aprendidos em casa. Saenger (2002) defende que, apesar do ensino promovido pela escola não dever ser o único responsável pela formação dos sujeitos, há múltiplas oportunidades de contribuir nesse sentido.

Segundo Rozestraten (2004), a meta da educação deve ser a formação de um cidadão que saiba se comportar adequadamente nas diversas situações do nosso cotidiano. Por essa razão, a educação de trânsito poderia auxiliar nessa tarefa. Ainda segundo o autor, outra vantagem da educação de trânsito é a possibilidade de demonstrar para os alunos, de forma prática, que a sociedade funciona bem quando há obediência às normas e sobre a convivência e tolerância com a diversidade (Rozestraten, 2004). Para Hoffmann e Luz (2003), o principal objetivo da educação de trânsito é a formação de um cidadão responsável que respeita as normas do sistema viário.

O trânsito é um fenômeno essencialmente social e necessário de ser aprendido (Rozestraten, 2004). Gandolfo e Waskow (2002) acreditam que a situação atual do trânsito brasileiro pode ser descrita como um reflexo da perda de valores sociais como solidariedade e cooperação. Para modificar essa condição, Marín e Queiroz (2000) consideram necessária a construção de uma nova noção de cidadania que seja fundamentada no respeito mútuo. A escola, portanto, seria um lugar propício para a promoção desse aprendizado por ser um local privilegiado para a construção de organização social (Xavier, 2002). Dentro dessa perspectiva, o professor teria um papel importante para contribuir no processo de socialização da criança para a convivência em sociedade em geral, e no trânsito em particular (Rozestraten, 2004).

Apesar de o Código de Trânsito Brasileiro (Brasil, 1997a) especificar que a educação de trânsito deve ser trabalhado na escola, surge a dúvida se os professores recebem alguma formação para ministrar o tema. Partindo dessa dúvida, este estudo de caráter exploratório, buscou investigar se alunos de licenciatura, que estão se preparando para ser futuros professores, possuem algum tipo formação para trabalhar com a temática trânsito em sala de aula. Também discutiu-se a escola como um local de aprendizagem de valores voltados para a segurança no trânsito e qual poderia ser o papel do professor nesse processo de aprendizagem.

Educação de trânsito para crianças

A educação de trânsito é uma das ações indispensáveis para um trânsito seguro e organizado (Rozestraten, 1988). Ela tem como finalidades a instrução de atitudes compatíveis com a segurança de todos (Vasconcelos, 1998) e o encorajamento da adoção de comportamentos mais seguros nas vias (Honorato, 2009).

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a educação de trânsito é um direito de todas as pessoas e deve ser realizado desde a pré-escola (Art. 74, Brasil, 1997a). Um dos modos para sua execução na escola, seria por meio da adoção de um currículo interdisciplinar sobre segurança de trânsito (Brasil, 1997a). Outra forma seria inseri-la como tema transversal, ou inseri-la como disciplina específica. Essa tarefa deveria ser realizada também pelos professores, assim o CTB prevê a adoção de conteúdos relativos à educação de trânsito nas escolas de formação para o magistério, bem como a capacitação de professores para esse fim (Art. 76, Brasil, 1997a).

No mesmo ano da promulgação do CTB, o tema trânsito foi incluído no currículo escolar como tema transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1997b), no entanto como temática a ser trabalhada conforme necessidade regional. Os temas transversais se caracterizam por um conjunto de assuntos incorporados nas áreas já existentes no trabalho educativo da escola (Brasil, 1997b). Os critérios adotados para a eleição dos temas, segundo os PCNs (Brasil, 1997b), são:

a urgência social que diz respeito às questões graves que se apresentam como obstáculos para a concretização da cidadania e contribuem para a deterioração da qualidade de vida;

a abrangência nacional, onde as questões devem ser pertinentes a todo o país;

a possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, tendo em vista o alcance da aprendizagem nessa etapa da escolaridade;

o favorecimento da compreensão da realidade e da participação social onde os alunos possam desenvolver a capacidade de se posicionar diante das questões que interferem na vida coletiva (Brasil, 1997b).

Dentro dessas possibilidades, o tema trânsito, enquanto tema transversal, é justificado sob todos os critérios, pois:

se faz urgente devido ao grande número de crianças e jovens vítimas de acidentes de trânsito que perfazem 15,4% do total de mortes no trânsito em todo o Brasil (Mello Jorge e Koizumi, 2007);

é de abrangência nacional, pois os índices de acidentes de trânsito são altos em todo Brasil (Mello Jorge e Koizumi, 2007);

tem aspectos possíveis de serem ensinados e aprendidos, desde o fundamental (Rozestraten, 2004) diz respeito às reflexões sobre as condutas humanas (Brasil, 1997b) considerado também um aspecto da educação ético social, pois delinea um conjunto de valores para a convivência em sociedade (Hoffmann e Luz, 2003).

Na escola, os principais objetivos da educação de trânsito seriam de influenciar o comportamento das crianças no trânsito, bem como informar os pais e responsáveis sobre as habilidades de locomoção das crianças e dos possíveis riscos advindos do trânsito para elas (Elvik, Høye, Vaa e Sørensen, 2009).

As crianças também podem ter um papel ativo no sistema de trânsito, seja enquanto pedestres ou ciclistas, mas não possuem as mesmas habilidades que os adultos. Por essa razão, são um grupo especialmente vulnerável. Elas não têm percepção de risco acurada, são impulsivas, possuem visão periférica limitada, são de difícil visualização por serem pequenas e não sabem avaliar corretamente a velocidade dos veículos (Elvik et al., 2009; Fitzpatrick et al., 2006; Underwood, Dillon, Farnsworth e Twiner, 2007). Todos esses fatores podem aumentar a probabilidade de um atropelamento.

O tipo mais comum de acidente de trânsito envolvendo crianças é quanto elas estão na condição de pedestres (Glad e Midtland, 2000). Pesquisas apontam que a maioria dos atropelamentos ocorrem fora dos locais de travessia adequados (Ulfarsson, Kim e Booth, 2010). Por esse motivo, os programas educativos voltados para as crianças, deveriam focar nelas enquanto atores ativos no trânsito com ênfase no ensino de possíveis situações perigosas de travessia e no treino de comportamentos adequados (Fyhri, Bjørnskau e Ulleberg, 2003).

Várias são as maneiras de realizar a educação de trânsito dentro na sala de aula. Hoffmann e Luz (2003) sugerem que a tarefa do professor deveria ser o exercício de hábitos e atitudes que favoreçam a convivência correta e aceitação das normas sociais.

Rozestraten (2004) propõe que essas tarefas deveriam ser o ensino dos conceitos, das normas, das situações do trânsito e também do ensino prático. Para adolescentes, os temas relativos à segurança de trânsito poderiam aparecer de forma transversal dentro de diversas matérias (Rozestraten, 2004). Para crianças menores, poderia haver o uso de modelos de cidades (Glad e Midtland, 2000; Fyhri et al., 2003), treino no ambiente de trânsito (Elvik et al., 2009) ou combinação de ensino de regras e treino (Berry e Romo, 2006).

Elvik et al. (2009) enfatizam que o ensino do comportamento correto de travessia, não deve se restringir ao ensino de regras de trânsito, focando também no treino em situações reais ou simuladas. Evidências empíricas sobre efetividade do treinamento de travessia e impacto no número de acidentes, apontam uma diminuição de até 20% do número de acidentes com crianças entre 9 a 12 anos e 11% com crianças entre 5 a 9 anos.

Um estudo sobre a efetividade do uso de um modelo de cidade na educação de trânsito entre crianças de 6 anos, demonstrou efeitos positivos, ou seja, as crianças que participaram do treino escolheram maneiras mais seguras de atravessar a rua (Glad e Midtland, 2000). Mais tarde, o mesmo modelo foi utilizado para ensinar crianças a identificarem locais seguros de travessia e também alcançou resultados positivos (Fyhri et al., 2003). Esses estudos demonstram que o uso de modelos pode ser efetivo na educação de trânsito para crianças.

A educação de trânsito voltada para crianças é um tipo especial de educação, pois tem como foco grupos com maturação e habilidades diferentes (Fyhri et al. 2003). Por exemplo, as crianças não têm a mesma habilidade de generalizar informações de uma situação para outra e por essa razão, o professor não deve perder de vista as capacidades de aprendizado da criança de modo que aquilo que foi ensinado tenha impacto significativo no comportamento real no trânsito.

Segundo Saenger (2002) é impossível todos os assuntos importantes serem tratados em forma de disciplina em sala de aula e, pelo trânsito ser um assunto menos tradicional, acaba sendo considerado menos importante. Xavier (2002) também discorre no sentido de que, pelo fato do trânsito não ser considerado tema escolar, a visão é de que não cabe à escola ensiná-lo. Entretanto, o CTB (Brasil, 1997a) já definiu sobre o

locus onde trânsito deve ser ensinado, então agora, supõe-se que a discussão deve ser se a escola está preparada e se os professores estão em condições metodológicas para essa responsabilidade.

Método

Participantes

Participaram dessa pesquisa 52 estudantes: 46% do Ensino de Magistério e 54% de um curso de licenciatura em Letras. Em ambos os cursos, os alunos estavam a um ano de concluí-lo. O grupo de estudantes do curso de Letras foi constituído de 28 participantes, 78,6% do sexo feminino, com idade variando de 19 a 50 anos (média= 25,18 anos, DP= 7,0). 57% da amostra possuía Carteira Nacional de Habilitação (CNH). 68% não exerciam função de professor. Dentre os que eram professores, 53% trabalhavam no ensino fundamental, 12% no ensino médio, 23% no maternal ou educação infantil e 12% em outros lugares (como Centro de Idiomas).

O grupo do Magistério foi constituído de 24 participantes. 91,7% do sexo feminino, com idade variando de 17 a 47 anos (média= 23,17 anos, DP= 9,0). Ninguém possuía CNH. Os 67% que exerciam função de professor, 12,5% trabalhava no ensino fundamental, 4,2% no ensino médio, 50% no maternal ou educação infantil.

Instrumentos

Foi utilizado um questionário aberto, com seis perguntas para atender os objetivos da pesquisa. As perguntas abordavam:

- 1) a importância da educação de trânsito na sala de aula;
- 2) o desenvolvimento de algum trabalho sobre o tema na sala de aula;
- 3) os assuntos relacionados ao tema trânsito que seria interessante trabalhar com os alunos;
- 4) as maneiras que o tema trânsito poderia ser trabalhado na escola;

5) o acesso a alguma formação na área de educação de trânsito nos anos de formação como professor;

6) a formação relacionada a trânsito fora da faculdade ou escola.

Procedimento de coleta de dados

Os estudantes foram convidados a participar da pesquisa durante o período de aula. Primeiramente foram explicados os objetivos do estudo e pedido a participação voluntária dos alunos. Aqueles que concordaram em participar, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e preencheram o questionário. Para os menores de 18 anos, o termo foi entregue com três dias de antecedência à coleta de dados e pedido aos responsáveis que autorizassem a coleta de dados. Quando a maioria havia entregue o termo assinado pelos pais, o questionário foi entregue e então preenchido pelos alunos.

Procedimento de análise de dados

No caso das perguntas abertas foi realizada, independentemente por dois pesquisadores, uma análise das respostas relativas às questões sobre o porquê considerava importante a educação de trânsito na sala de aula; quais os assuntos interessantes e como poderiam ser desenvolvidos junto aos alunos. As respostas similares foram agrupadas gerando categorias que então foram nominadas. As respostas dos participantes poderiam pertencer a mais de uma categoria, podendo o número de respostas ser maior que o número de participantes. Após esse procedimento, os pesquisadores compararam suas respostas.

Resultados

Importância de trabalhar o tema trânsito na escola

Cinquenta participantes (96% da amostra) declararam achar importante que o tema trânsito seja tratado na escola. As justificativas formaram sete categorias.

A categoria mais frequentemente citada (29%) foi Comportamento. Os participantes indicaram que a escola poderia auxiliar os alunos na tomada de consciência de que existem diferentes papéis no contexto de trânsito e que todos fazem parte dele e que essa consciência deveria ter como foco os comportamentos seguros e corretos no trânsito. A segunda categoria mais citada foi Cidadania (28%), onde a escola é o local para a formação do cidadão, que deveria respeitar e saber conviver com a diversidade. O conhecimento das regras e as consequências do seu desrespeito foram temas apontados em 21% das respostas e o conhecimento dos riscos para evitá-los por 12%. O objetivo de diminuir o número dos acidentes, a informação para pais ou responsáveis e esclarecimento de dúvidas foram as categorias menos citadas (respectivamente com 6%, 3% e 1%).

Apenas dois participantes responderam não achar importante que o tema seja trabalhado na escola. Os relatos a seguir descrevem essas opiniões: “Não sei, me parece que há temas mais relevantes e pouco tempo para ensinar “tudo”” (relato 1). “A pergunta não deveria ser “se” o trânsito deve ser trabalhado em escolas, mas sim, qual contexto ele deve ser trabalhado. (...) Se sim, a abordagem deve ser de qual forma?” (relato 2).

Trabalhos desenvolvidos sobre o tema trânsito

Somente dois participantes afirmaram já terem desenvolvido algum trabalho sobre o tema dentro da escola. Um deles desenvolveu palestras sobre os sinais de trânsito e outro trabalhou com a representação de uma cidade para ensinar placas e sinais de trânsito.

Dos participantes que indicaram não ter desenvolvido trabalhos com o tema, apenas dois justificaram. Um participante respondeu que não trabalhou, pois sendo professor de inglês, o tema trânsito não fazia parte do currículo. Outro participante respondeu que nunca desenvolveu algum tema relativo a trânsito, pois dá aulas de educação física.

Assuntos sobre trânsito que deveriam ser trabalhados

Os assuntos que os participantes acreditavam que deveriam ser trabalhados com os alunos foram agrupadas em seis categorias. O ensino das regras e as consequências do seu desrespeito foi o assunto mais frequentemente citado (44%). Ensino dos comportamentos corretos no trânsito foi o segundo assunto mais freqüente citado (21%). Respeito mútuo e estratégias de resolução de conflitos e os modos de evitar os riscos advindos do trânsito foram citados, respectivamente por 17% e 13%. Temas específicos, como direção defensiva e primeiros socorros foram os assuntos menos citados (respectivamente 3% e 2%).

Maneiras de trabalhar o tema trânsito na escola

Diferentes maneiras de tratar o tema trânsito na escola foram sugeridas pelos participantes, sendo agrupadas em oito categorias. A maioria dos participantes sugeriram aulas práticas, como aulas de campo e passeios (26%). 23% sugeriu atividades lúdicas, como teatro e dinâmicas e 19% sugeriram tratar o tema por meio de discussões, debates ou entrevistas. 17% sugeriram tratar por meio de apresentação de situações reais. Atividades teóricas, uso de materiais didáticos específicos e tarefas de pesquisas foram as categorias menos citadas (respectivamente 7%, 3% e 1%).

Dois alunos do curso de Letras responderam que não poderiam sugerir nenhuma atividade para tratar o tema. Os relatos a seguir descrevem as justificativas: “Não sei, pois não tenho fundamentação teórica sobre isso para passar para os alunos.” (relato 1); “Não tenho idéia, não estou informada sobre esse assunto para ser trabalhado na escola.” (relato 2).

Formação relacionada ao tema trânsito nos anos de escola/faculdade

Foi investigado se durante os anos de curso (graduação no ensino superior ou normal), o participante teve alguma formação relacionada ao tema trânsito seja por meio de disciplinas optativas ou matérias específicas.

Na turma de Magistério, apenas um participante disse ter tido palestras sobre o assunto, mas não especificou se foram promovidas pela escola em que estudava. Na turma de licenciatura apenas dois participantes afirmaram ter havido algo relacionado ao tema trânsito na sua formação: um escutou um relato de acidente de trânsito e o outro não especificou qual foi a atividade. Um dos participantes descreveu o desejo de ter disciplinas optativas que orientassem sobre como tratar esse e outros temas em sala de aula.

Formação relacionada ao tema trânsito fora da escola/faculdade

50% dos participantes afirmaram que tiveram alguma formação relacionada ao trânsito fora da escola/faculdade. Dentre esses, a formação de 42% foi por meio das aulas teóricas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, 34% por meio de visita ao Departamento de Trânsito nos anos anteriores aos anos de formação, 8% por meio de palestras ou atividades promovidas pela escola no ensino fundamental e/ou médio e 20% citaram outros tipos de atividades

Um participante afirmou que participou de um evento onde o tema foi ministrado: “só quando estava no primário que passaram para os alunos como funcionava o sinal de trânsito, só que na minha cidade não tinha semáforo” (relato 1). Outro participante relatou que “um dia no Detran SP, com 6 anos de idade. Nada significativo” (relato 2).

Discussão

Dois aspectos devem ser discutidos nesse trabalho. O primeiro refere-se a questão da formação de professores e o segundo a forma como a educação para o trânsito pode ser implementada nas escolas.

Quase a totalidade dos participantes consideram o tema trânsito importante para ser trabalhado em sala de aula (96%). Eles percebem que a escola pode ser um local de orientação e ensino dos riscos, dos comportamentos seguros, das regras e da formação de um cidadão que respeita os outros no contexto do trânsito.

Várias foram as maneiras sugeridas sobre como esses assuntos poderiam ser tratados, no entanto, os participante parecem não perceber como atender a Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e trabalhar o tema de modo transversal. Uma possível explicação é a falta de formação específica nos anos de preparação para o magistério que os preparem para realizar tal tarefa. Os artigos 74 e 76 do CTB (Brasil, 1997a) deixam de ser contemplados por não haver disciplinas nos cursos de formação para professores. Os próprios participantes admitem que não saberiam como tratar o tema por não terem tido formação para tal.

Para que o professor possa trabalhar com o tema em sala de aula, ele precisa saber o que e como tratar, e isso deve ser aprendido em sua formação. As faculdades que tenham cursos que formem educadores poderiam ofertar disciplinas que buscassem instrumentalizar o futuro professor para tratar com o tema. Cursos e especializações para educadores deveriam ter módulos sobre regras de trânsito, acidentalidade, condições de risco, comportamento seguro, com ênfase nos pedestres e ciclistas.

Os resultados apontam que o tipo mais comum de formação recebida sobre trânsito, ocorreu principalmente por meio das aulas teóricas para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Isso pode ter como consequência, a dificuldade dos professores verem como o trânsito pode se encaixar nas matérias ministradas em sala de aula. Outro reflexo poderia ser nos assuntos sugeridos e nos trabalhos desenvolvidos, onde não há ênfase no contexto do pedestre. Somente ensinar placas e sinais de trânsito são assuntos descontextualizados para os alunos. As crianças e adolescentes são pedestres ou caronas em automóveis, e portanto, são os assuntos relacionados à segurança e comportamento de pedestres que deveriam ser mais tratados na sala de aula. Tratando esses assuntos, a educação de trânsito não seria completamente dissociada da realidade do aluno, tendo algum significado sobre o papel que desempenha no trânsito.

Passeios, aulas de campo e uso de modelos de cidade, têm demonstrado serem efetivos como métodos para trabalhar com o tema. Para a educação infantil, se pode fazer uso de maquetes, modelos de cidade e brinquedos para ensinar a criança sobre segurança de trânsito. Entretanto, o professor deve adaptar o conteúdo e a metodologia de modo que os alunos entendam. Os resultados dessa pesquisa demonstraram que apenas 3% das respostas apontaram o uso de materiais didáticos direcionados a uma

faixa etária que levassem em conta os diferentes processos de maturação e entendimento. Não adequar a informação às características da audiência pode não levar a uma mudança real no comportamento e até mesmo no conhecimento de segurança (Fyri et al., 2003).

Um aspecto importante da educação de trânsito é sua prática. Rozestraten (2004) afirma que o ensino do trânsito não deve ser dissociado da prática. “Não adianta este saber se não for transformado no fazer” (Rozestraten, 2004, p. 33). Pesquisas demonstram que os programas que focam no treino de crianças em ambientes de trânsito (reais ou simulados) são mais efetivos quando comparados àqueles que somente ensinam sobre fatos e regras de trânsito (Berry e Romo, 2006).

Outro aspecto importante é a continuidade do processo de educação de trânsito. Vasconcelos (1998) aponta que ela deve ser um processo contínuo, para que tenha efetividade real. Por exemplo, a escola poderia desenvolver ou utilizar um programa que inicie com o ano letivo e que acompanhe todo o calendário escolar.

Para os jovens é importante que as discussões e atividades sejam motivadoras, de maneira que abordem temas e soluções atuais para a idade (Fyhri et al., 2003). Inúmeras são as maneiras de trabalhar com o tema. Os professores poderiam retirar exemplos atuais na mídia para discutir com os alunos. Aqueles que desejam abordar o tema trânsito dentro da matéria ministrada pode utilizar outras metodologias. Diversos materiais didáticos existem que podem auxiliá-los a inserir o trânsito de forma transversal dentro de diversas matérias como inglês, matemática, história, geografia, artes, música, português, ciências e educação física (ver Rozestraten, 2004; Filipouski et al., 2002). Por exemplo, o professor pode utilizar enunciados das questões das disciplinas clássicas trabalhando com situações sobre a realidade do trânsito e o aluno, enquanto procura resolver a questão, recebe uma informação no enunciado. Justificativas de que o tema não se adequa à matéria ministrada não poderiam mais ser sustentadas.

Um dos aspectos da educação de trânsito na escola é a informação para pais ou responsáveis sobre as condições de risco e os comportamentos de segurança que devem ser encorajados entre os alunos (Elvik et al., 2009). Entretanto, somente 3% das respostas abordaram esse aspecto. A escola pode promover palestras sobre o tema ou

proporcionar atividades que envolvam pais e alunos, como por exemplo, utilizar a semana de trânsito para que os alunos possam fazer exposição de trabalhos e pesquisas sobre trânsito, focando no aspecto social e de segurança.

Apesar da atualidade do tema trânsito, podem existir barreiras dentro da escola para a integração de um programa de educação de trânsito. Segundo Fyhri et al. (2003), as barreiras locais são a falta de um plano sistemático que contemple o tema trânsito, ter outros temas considerados mais urgentes ou importantes e a falta de entusiasmo de professores para trabalhar com o tema na escola. Os autores sugerem que essas são as barreiras mais fáceis de serem resolvidas, e uma das saídas é de responsabilidade dos Órgãos de Trânsito que deveriam se preocupar em tornar o tema trânsito mais atraente para a escola e para os professores.

A escola pode considerar que trânsito não é um tema importante para se tratar na sala de aula, mas atualmente é a terceira causa de morte entre crianças de 5 a 9 anos, a segunda causa entre 10 a 14 anos e a primeira causa de morte entre jovens de 15 a 19 anos (Toroyan e Peden, 2007). Esses dados deveriam mobilizar a direção da escola e os professores para a promoção de programas preventivos entre os alunos. Como Rozestraten (2004) coloca, as crianças morrem no trânsito não por não saberem português, mas por não saberem se comportar no trânsito.

Entende-se que o professor se depara com uma multiplicidade de tarefas. Acrescentar o trânsito como mais uma exigência a ser tratada na transversalidade pode levá-los a se questionarem se a tarefa de educação para o trânsito é responsabilidade deles (Rozestraten, 2000). Entretanto, como foi apresentado anteriormente, a escola é espaço ideal para a prática social, e por isso problemas do cotidiano devem ser tomados como pontos de partida de reflexão escolar (Xavier, 2002). Rozestraten (2004) defende que a meta da educação deve ser a formação de um cidadão que saiba se comportar adequadamente nas diversas situações do nosso cotidiano e que por meio da educação de trânsito se tem a possibilidade de contribuir para esse processo.

Algumas pesquisas apontam que a educação de trânsito não é sempre a forma mais efetiva para modificar o comportamentos no trânsito e diminuir o número de acidentes de forma significativa (Berry e Romo, 2006; Elvik et al., 2009). Por isso é necessária a constrante avaliação dos programas educativos que estão sendo ou que

serão utilizados de modo que alcancem os objetivos desejados (Berry e Romo, 2006). Mesmo que os resultados não sejam imediatos, não se pode afirmar que a educação de trânsito não é importante e, conseqüentemente, não deve ser trabalhada nas escolas. Como hipotetizado por Glad e Midtland (2000), aquilo que é ensinado, pode não apresentar resultados de uma maneira imediata, mas partes do que foi ensinado pode se manter e mais tarde, pela maturação e experiência, contribuir para um entendimento mais rápido do comportamento correto e seguro no trânsito.

Limitações

A presente pesquisa apresenta algumas limitações, como o tamanho da amostra que não abrange o universo total de futuros professores. Entretanto, em pesquisa posterior, dados semelhantes foram encontrados com uma população de 106 professores da rede estadual de ensino da cidade de Curitiba (Maoski, 2009). A maioria dos profissionais entendia que o trânsito era um tema relevante (97% da amostra). 93% dos entrevistados disseram que na escola em que trabalhavam, não havia um projeto de educação de trânsito. Apenas 6,6% dos professores relataram terem sido instruídos durante a sua formação para trabalhar com a temática trânsito. O autor concluiu que a educação de trânsito não ocorre de forma efetiva na rede pública de ensino básico da cidade de Curitiba, apesar de ser obrigatória em todos os níveis de ensino (Maoski, 2009).

Outra possível limitação é o caráter local dos resultados encontrados. Os dados foram coletados somente na cidade de Curitiba e desta maneira devem ser extrapolados com cautela. Apesar disso, é provável que a falta de formação de professores e a falta de um programa de educação de trânsito nas escolas é um fenômeno nacional. Essa é uma hipótese que deve ser verificada em trabalhos futuros.

Considerações finais

Como defendido por Gandolfo e Waskow (2002), a escola deve repensar suas práticas e objetivar o fomento do desenvolvimento de uma consciência crítica como

parte de uma coletividade. Ela deve contribuir mais do que simplesmente o acúmulo de informações (Saenger, 2002).

O professor pode criar e oferecer situações de participação e experiências de aprendizagem sobre o sistema trânsito. Ele deve instigar seus alunos à busca de informações para provocar raciocínio. Assim, é de suma importância que o tema seja tratado nos anos de sua formação para que, mais tarde os futuros professores saibam de que maneira tratar com o tema em sala de aula de modo a atender as leis sobre educação de trânsito e preparar futuros cidadãos.

Referências

- BERRY, D. S. ; ROMO, C. V.** 2006. Should „Cyrus the Centipede“ take a hike? Effects of exposure to a pedestrian safety program on children's safety knowledge and self-reported behaviors. *Journal of Safety Research*, **37**: 333–341.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T.** 1999. A escola. In: *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo, Saraiva.
- BRANDÃO, C. R.** 1985. *O que é educação*. São Paulo, Brasiliense.
- BRASIL** 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL** 1997a. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (1997). Disponível em <http://www.detran.pr.gov.br/> Acesso em 20 abril 2007.
- BRASIL** 1997b. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais. Ética. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, MEC/SEF, 1997.
- ELVIK, R., HØYE, A., VAA, T. ; SØRENSEN, M.** 2009. *The handbook of road safety measures*. (2. ed.) Reino Unido, Emerald.
- FILIPOUSKI, A. M. R.; SEFFNER, F.; KEHRWALD, I. P.; SCHÄFFER, N. O.** 2002. *Trânsito e educação: Itinerários Pedagógicos*. Porto Alegre, UFRGS.
- FITZPATRICK, K., TURNER, S., BREWER, M., CARLSON, P., ULLMAN, B., TROUT, N., ET AL.** 2006. Pedestrian Characteristics. In Fitzpatrick et al. (eds.). *Improving pedestrian safety at unsignalized crossings*. Transit Cooperative Research Program (TCRP). Washington, Estados Unidos.

- FYHRI, A.; BJØRNSKAU, T.; ULLEBERG, P.** 2003. A model for the future? Traffic education for children with a road environment simulation model. TØI Report 632/2003. Norway, Institute of Transport Economics.
- GANDOLFO, M. A. P.; WASKOW, S. B.** 2002. Educação e trânsito – princípio de conveniência. In: Filipouski, A. M. R.; Seffner, F.; Kehrwald, I. P.; Schäffer, N. O. (eds.) *Trânsito e educação: Itinerários Pedagógicos*, Porto Alegre, UFRGS, p 79 -95.
- GLAD, A.; MIDTLAND, K.** 2000. *Six year old children and crossing of roads. Result of a training experiment*. TØI Report 473/2000. Norway, Institute of Transport Economics.
- HOFFMANN, M. H.; LUZ, S. S.** 2003. A educação como promotora de comportamentos socialmente significativos no trânsito. In: M. H. Hoffmann, R. M. Cruz; J. C. Alchieri (eds.). *Comportamento Humano no Trânsito*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- HONORATO, C. M.** 2009. *O trânsito em condições seguras*. Campinas, São Paulo, Millenium.
- MAOSKI, F.** 2009. *Educação para o trânsito: A perspectiva dos professores das escolas estaduais de Curitiba*. Trabalho de conclusão de curso não publicado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- MARÍN, L.; QUEIROZ, M. S.** 2000. A atualidade dos acidentes de trânsito na era da velocidade: uma visão geral. *Cadernos de Saúde Pública*, **16** (1): 7- 21.
- MELLO JORGE, M. H. P.; KOIZUMI, M. S.** 2007. *Acidentes de trânsito no Brasil: Um Atlas de sua distribuição*. São Paulo, ABRAMET.
- OSÓRIO, L. C.** 2003. Práxis Grupal. O professor como agente catalizador do processo grupal em sala de aula. In: *Psicologia grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era*. Porto Alegre, ARTMED.
- ROZESTRATEN, R. J. A.** 1998. *Psicologia do Trânsito: Conceitos e processos básicos*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- ROZESTRATEN, R. J. A.** 2000. Novos caminhos para a psicologia do trânsito. *Psicologia ciência e profissão*, **20**(4): 80-85.
- ROZESTRATEN, R. J. A.** 2004. *Psicopedagogia do trânsito*. Campo Grande, UCDB.
- SAENGER, L.** 2002. Trânsito e educação? Pronto! Lá vem mais uma imposição para a sala de aula!. In: Filipouski, A. M. R.; Seffner, F.; Kehrwald, I. P.; ; Schäffer, N. O. (eds.) *Trânsito e educação: Itinerários Pedagógicos*. Porto Alegre, UFRGS, p 43 -59.

TOROYAN, T.; PEDEN, M. 2007. *Youth and Road Safety*. Geneva, World Health Organization.

ULFARSSON, G. F., KIM, S. BOOTH, K. M. 2010. Analyzing fault in pedestrian–motor vehicle crashes in North Carolina. *Accident Analysis and Prevention* , **42**: 1805–1813.

UNDERWOOD, J., DILLON, G., FARNSWORTH, B.; TWINER, A. 2007. Reading the road: The influence of age and sex on child pedestrians' perceptions of road risk. *British Psychological Society*, **98**: 93-110.

VASCONCELOS, E. A. 1998. *O que é trânsito*. São Paulo, Brasiliense.

XAVIER, M. L. M. 2002. Educação para o trânsito como conteúdo escolar. In: Filipouski, A. M. R.; Seffner, F.; Kehrwald, I. P. ; Schäffer, N. O (eds.). *Trânsito e educação: Itinerários Pedagógicos*. Porto Alegre, UFRGS, p 27-42.